



Brasil, diz Garibaldi, precisa aproveitar o ciclo de crescimento no mundo

Garibaldi cobra políticas que levem ao crescimento

A economia brasileira precisa crescer mais rapidamente para aproveitar o ciclo mundial, afirmou ontem o senador Garibaldi Alves. Ele reconheceu os avanços dos últimos dez anos, com o controle da inflação, a redução do custo Brasil e a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal. Observou, no entanto, que o país necessita promover o "resgate da dívida social" e o crescimento de sua economia.

Página 5

Relatório denuncia irregularidades em fundos de pensão

A CPI dos Correios toma conhecimento hoje das conclusões do sub-relator dos Fundos de Pensão, ACM Neto. Ele afirmou ontem que há montante expressivo de recursos que podem ter sido objeto de má gestão por parte dos fundos. "Já está constatado que as operações foram irregulares, que fugiram aos padrões de mercado e que se repetiram em diversos fundos", disse. As investigações, observou, vão revelar quem ficou com o dinheiro.

Página 6

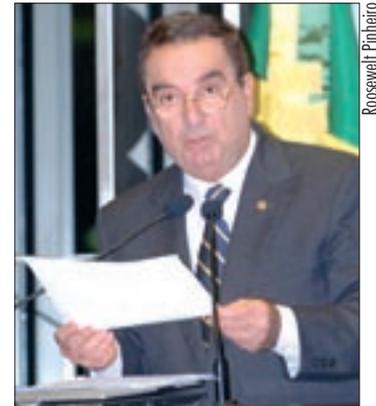
Projeto obriga proprietário a recompor área devastada

Comissão de Meio Ambiente do Senado analisa hoje projeto que muda o Código Florestal e prevê replantio por conta do dono de terreno degradado. **Página 4**



As reformas política e tributária, que já foram aprovadas pelo Senado, precisam sair do papel urgentemente, afirmou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao receber na Câmara Municipal do Rio de Janeiro a Medalha do Mérito Pedro Ernesto. Ele voltou a defender uma "agenda positiva" para o país e disse que acertou com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, a pauta de votações até o fim do ano.

Página 8



Contingenciamento de recursos cresce a cada ano, denuncia Rodolpho Tourinho

Tourinho: cortes prejudicam agências reguladoras

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) recebeu este ano apenas 25% do que precisa para cumprir suas obrigações. O fato foi citado por Rodolpho Tourinho como exemplo da grave situação vivida pelas agências reguladoras, em consequência do contingenciamento de seus recursos por parte do governo. "Agindo dessa forma com as agências, estamos demonstrando descrédito e incapacidade", disse o senador.

Página 5

EDUCAÇÃO



Cristovam: pobres se beneficiam com o ingresso antecipado na escola

MAIS TEMPO PARA A CRIANÇA NA ESCOLA

Cristovam Buarque defendeu ontem a proposta que cria o Fundeb, o fundo para financiamento da educação básica.

Página 2

EXPECTATIVA DE VIDA



Segundo Viana, pesquisas são subsídios importantes para os governantes

PESQUISA APÓIA POLÍTICAS PÚBLICAS

A importância da pesquisa sobre expectativa de vida realizada pelo IBGE foi destacada ontem por Tião Viana.

Página 5

ADMINISTRAÇÃO



Alvaro afirma que despesas de custeio cresceram 21% em dez meses deste ano

GOVERNO GASTA MUITO E INVESTE POUCO

Alvaro Dias lamenta que o governo federal gaste muito com custeio e pouco com investimentos produtivos.

Página 5

CPI ouve jornalista que teria feito revelações a Lula

A jornalista Mara Gabrielli, que teria detalhado ao presidente Lula, em março de 2003, todo o esquema de corrupção na cidade de Santo André (SP), depõe hoje, a partir das 10h30, na CPI dos Bingos. Ela é irmã de Rosângela Gabrielli, uma das donas da empresa Expresso Guarará, de Santo André. A empresária já falou à CPI e disse que sua irmã teria conversado com Lula e ouvido do presidente a promessa de que tomaria providências.

Página 6

Proposta de emenda à Constituição aumenta em um ano o tempo de permanência no ensino fundamental

Cristovam: proposta do Fundeb beneficia crianças pobres

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse, ontem, que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) vai beneficiar principalmente as crianças de baixa renda. Como a PEC aumenta em um ano o tempo de permanência dos estudantes no ensino fundamental, as crianças passarão a entrar na escola aos seis anos de idade.

– Nada mais importante que entrar cedo na escola – afirmou o senador, lembrando que as crianças das classes média e alta entram nas escolas com três ou quatro anos.

Cristovam criticou a demora na aprovação da PEC, que se encontra no Congresso Nacional desde meados de junho e ainda está em tramitação na Câmara dos Deputados.

– A implantação do Fundeb é uma promessa de campanha do presidente Lula que está demorando a ser cumprida – disse.

Em aparte, Tião Viana (PT-AC) elogiou as realizações do governo federal na educação brasileira. O senador informou que o governo Lula criou nove novas universidades federais, abriu mais de 100 mil vagas em faculdades com o ProUni e, com o Fundeb, destinará mais



Cristovam critica demora na aprovação do projeto, que tramita na Câmara

R\$ 4 bilhões para a educação básica. Cristovam considerou insignificantes os R\$ 4 bilhões, pois serão liberados ao longo dos próximos quatro anos.

Em aparte, a senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) observou que os recursos poderiam ter sido liberados por meio de medida provisória, o que daria agilidade ao processo. Também apartou o pronunciamento do colega o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Da tribuna, Cristovam aproveitou para defender um projeto de nacionalização da educação básica. O senador anunciou que vai apresentar projetos para a criação de uma lei de responsabilidade educacional e de uma lei de diretrizes educacionais, inspiradas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Pauta do Plenário permanece trancada

A pauta da sessão de hoje, às 14h, está trancada pela medida provisória que liberou recursos extraordinários para os ministérios

da Previdência Social e da Saúde (MP 261/05). Os demais itens da pauta, como a proposta de emenda constitucional que obriga o presi-

dente da República a participar da abertura do ano legislativo, só podem ser votados caso os trabalhos sejam desobstruídos.

Estímulo aos trabalhadores com mais de 40 anos

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa projeto que estimula a contratação de trabalhadores com idade superior a 40 anos e aprimora a divulgação de informações acerca dos valores recolhidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (PLS 178/05). Às 11h, a Comissão de Educação (CE) discute proposta para normatizar os estágios para estudantes (PLS 473/03).



CPI dos Bingos ouve irmã de empresária que denunciou corrupção

A CPI dos Bingos continua a investigação sobre corrupção em Santo André (SP) às 10h30, quando está previsto o depoimento de

Mara Gabrielli, irmã da empresária de transportes daquela cidade que denunciou cobrança de propinas pelos secretários da prefeitura.

Às 11h, a CPI dos Correios deve apresentar o relatório das investigações da Sub-Relatoria de Fundos de Pensão.



Ministros discutem isenção de visto

Os ministros do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, participam de audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo,

às 18h. Junto com outros convidados, eles discutem a isenção de visto de entrada no Brasil para turistas estrangeiros de países considerados prioritários para o turismo brasileiro.

Relatório sobre a reforma do Judiciário

A Comissão Especial sobre a Regulamentação da Reforma do Judiciário apresenta relatório às 10h. No mesmo horário, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura vai decidir se aprova ou não a indicação de Mauro Barbosa da Silva para o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).



Comissão analisa reflorestamento

Projeto que altera o Código Florestal, para responsabilizar o proprietário pelo reflorestamento das áreas de preservação em propriedades privadas (PLS 201/03), é um dos itens da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com reunião marcada para as 9h30.

Livro aborda soberania na Amazônia

Às 18h30, na Biblioteca do Senado, acontece a cerimônia de lançamento do livro *Questão geopolítica da Amazônia. Da soberania difusa à soberania restrita*. A obra é de autoria do ex-ministro da Reforma Agrária Nelson de Figueiredo Ribeiro, e será lançada pelo Conselho Editorial do Senado.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Alvaro Dias e Mão Santa

CAE vota projeto que muda o acesso dos estados aos depósitos judiciais

Retorna hoje à pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto que autoriza o uso pelos estados de 70% dos depósitos judiciais e extrajudiciais referentes a ações de cobrança de tributos. A legislação em vigor (Lei 10.482) permite a utilização de até 50% desses recursos. O projeto possibilita também que os estados e o Distrito Federal escolham, por licitação, uma instituição financeira pública ou privada para o recolhimento dos depósitos.

A proposta (PLC 73/05) deveria ter sido examinada na semana passada, mas foi adiada a pedido do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele manifestou apoio à ampliação do limite de acesso aos depósitos pelos estados, observando, no entanto, que era preciso avaliar o impacto da licitação da instituição depositária sobre o Banco do Brasil – que hoje acolhe cerca de R\$ 19 bilhões de depósitos judiciais da União, estados e municípios.

Apresentado à Câmara pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o projeto recebeu voto favorável do relator na CAE, senador

Rodolpho Tourinho (PFL-BA), para quem há exagero no temor de que o Banco do Brasil venha a perder volume significativo de depósitos para instituições privadas. Depois da CAE, a matéria será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Tourinho destaca que a ampliação do acesso aos depósitos assegura aos estados meios para novos investimentos. Retidos nos bancos, segundo ele, os recursos geram benefícios somente para as instituições financeiras. Pela lei atual, os municípios já têm acesso a 70% dos depósitos, enquanto a União pode levantar 100%.

Outros 20 projetos constam da pauta da reunião, entre os quais cinco proposições para incentivar a contratação de trabalhadores acima de 40 anos. Um dos projetos (PLS 178/05), do senador Marcelo Crivella (PMR-RJ), permite que as empresas descontem do Imposto de Renda a multa de 40% do FGTS paga nas demissões sem justa causa, desde que mantenham pelo menos 30% de funcionários com idade acima de 40 anos.

Na CMO, suplementação orçamentária de R\$ 1,2 bilhão para Seguridade Social

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), pautou para a reunião de hoje, às 14h30, os 22 projetos de abertura de crédito ao Orçamento federal prontos para deliberação, mudando a conduta habitual de restringir a pauta aos itens com acordo prévio de votação firmado entre os coordenadores partidários.

– O ano está no fim e não se chega a acordo nunca – justificou o senador.

Mestrinho espera mobilizar parlamentares da base governista para a reunião, já que considera do interesse deles aprovar as matérias, que visam autorizar diversos ministérios a ampliar ou adequar seus gastos em 2005.

Mestrinho lembra que o exercício orçamentário está se esgotando e muitos órgãos enfrentam dificuldades para executar gastos que exigem prévia deliberação legislativa. Segundo ele, divergências partidárias que afetam interesses dos estados ou a falta de cumprimento de acordos com ministérios provocam os impasses.

Entre os projetos em pauta, encontra-se o PL 59/05-CN,



Mestrinho decidiu pautar 22 projetos, mesmo sem prévio acordo entre partidos

que abre crédito suplementar de R\$ 1,2 bilhão ao orçamento da Seguridade Social. Os recursos destinam-se, entre outras finalidades, a gastos como serviços de perícias médicas, na Previdência Social; complemento da atualização monetária do FGTS de trabalhadores demitidos sem justa causa, no âmbito do Ministério do Trabalho; e reforço de ações socioassistenciais a populações carentes, no caso do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome.

Com relação ao Orçamento para 2006, que também tramita na CMO, a expectativa é de que hoje seja divulgada a primeira reestimativa das receitas previstas pelo governo.

Rubens Ricúpero, Hélio Jaguaribe e Pécio Arida discutem na Comissão de Relações Exteriores do Senado as razões que impediram o Brasil de se desenvolver

Audiência pública: por que o Brasil não se tornou potência?

O desvio que retirou o Brasil do caminho de se tornar uma grande potência econômica será tema de uma audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na quinta-feira, a partir das 10h. O debate contará com a presença do embaixador Rubens Ricúpero, do cientista político Hélio Jaguaribe e do economista Pécio Arida.

Apresentado pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), o requerimento para realização da audiência foi aprovado em maio. O tema sugerido pelo senador para o debate vem na forma de pergunta: “Por que, entre 1970 e o começo do século 21, o Brasil perdeu terreno na luta pelo desenvolvimento econômico e social, quando comparado com países antes menos desenvolvidos?”

Arthur Virgílio recorda, na justificativa de seu requerimento, que o Brasil era, em 1970, o mais promissor entre todos os países em desenvolvimento. Nos últimos anos, porém, o



Arthur Virgílio quer saber por que o país perdeu terreno para outras nações menos promissoras

país teria perdido terreno para diversas outras nações em termos de renda *per capita*, qualidade da educação, desenvolvimento científico e tecnológico, capacidade produtiva e autonomia econômica e financeira.

Os três convidados para buscar os motivos dessa guinada têm tido ampla participação nas discussões a respeito das perspectivas do Brasil. Atual diretor da Faculdade de Economia da

Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), em São Paulo, o embaixador Rubens Ricúpero foi ministro da Fazenda e ocupou recentemente a secretaria geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad).

Eleito membro da Academia Brasileira de Letras, na vaga que foi de Celso Furtado, o cientista político Hélio Jaguaribe é decano emérito do Instituto de Es-

tudos Políticos e Sociais do Rio de Janeiro. O economista Pécio Arida, por sua vez, é atualmente pesquisador do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, na Inglaterra. Doutor em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), dos Estados Unidos, ele foi presidente do Banco Central e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Senadores debatem relatório sobre desigualdade no país

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza amanhã audiência pública para discutir o relatório da organização não-governamental (ONG) internacional Social Watch/Observatório da Cidadania, que classificou o Brasil em 94º lugar entre os 163 países avaliados em relação às desigualdades sociais. Nesse campo, o Brasil estaria no mesmo nível de países africanos como Zimbábue, Namíbia, Congo e Sudão, segundo a Social Watch.

Por proposta do presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), e do vice-presidente, senador Paulo Paim (PT-RS), foram convidados para o debate a coordenadora do relatório da Social Watch, Fernanda Lopes Carvalho, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, e o professor de Ciência Política Paulo Sérgio Pinheiro.

A prioridade dada pelo governo brasileiro na última década ao ajuste fiscal dificulta as políticas



CDH discute relatório da ONG Social Watch, em cujo ranking Brasil aparece em 94º lugar

de combate à exclusão social no Brasil, segundo texto divulgado pela entidade na Internet. Esse documento lembra que em 1995, durante a Conferência Mundial para o Desenvolvimento Social, em Copenhague, e a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, o governo brasileiro assumiu o compromisso de diminuir a pobreza e a exclusão social.

Cinco anos depois, em 2000,

em reunião da ONU sobre o assunto, a seção brasileira da Social Watch apresentou a questão: “Até que ponto as políticas sociais no Brasil não se tornaram meros prêmios de consolação para os perdedores da nova ordem econômica?” A entidade também critica as políticas do Fundo Monetário Internacional que apontam para o mercado como a solução dos problemas sociais.

Responsável por degradação de área de preservação também poderá sofrer sanções penais e administrativas, segundo estabelece projeto que será votado na CMA

Proprietário deve ser obrigado a replantar área que desmatou

Os proprietários de terras rurais poderão ser obrigados a realizar a recomposição da cobertura vegetal das áreas de preservação permanente que tiverem desmatado. A medida está prevista em projeto de lei de iniciativa do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que deverá ser votado hoje pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A matéria recebeu substitutivo da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e será examinada em decisão terminativa.

Pela proposta (PLS 201/03), a recomposição será feita mediante o plantio, a cada ano, de pelo menos um décimo do total necessário à complementação da área de preservação permanente, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente. Além disso, o proprietário responsável pelo desmatamento ficará sujeito a sanções penais e administrativas.

O projeto altera a redação do



Para Camata, norma vigente estimula omissão do Estado e do dono do imóvel

artigo 18 do Código Florestal (Lei 4.771), modificando completamente seu entendimento. Pela legislação vigente, o poder público poderá realizar o reforestamento da área degradada sem desapropriá-la, se não o fizer o proprietário, que deverá ainda receber indenização em dinheiro caso esteja ocupando o terreno degradado com outros tipos de culturas.

Gerson Camata alega, em favor de sua proposta, que o Cód-

igo Florestal vem estimulando a omissão tanto do poder público quanto do proprietário rural, uma vez que não obriga nenhum dos dois a repor a área degradada. Em seu relatório, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) repetiu parte do texto do relator da matéria na CRA, senador Pedro Simon (PMDB-RS), para embasar sua argumentação.

– Em face da conjuntura nacional, não se justifica o Estado investir, em terras privadas, os parques recursos financeiros disponíveis à consecução das políticas públicas ambientais – afirma Simon, em seu parecer.

Na reunião de hoje a CMA aprecia, também em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 243/03) de Augusto Botelho que reduz de cinco para dois anos o prazo máximo para a manutenção de informações negativas em cadastros de consumidores. Segundo o autor, o prazo atual “é excessivo, por privar o cidadão inadimplente de sua cidadania creditícia”.

Trabalho escravo pode levar a desapropriação de terras

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promove amanhã audiência pública, a partir das 9h30, para instruir o posicionamento dos integrantes do colegiado sobre o projeto de lei que trata dos critérios para desapropriar terras destinadas a reforma agrária.

Pela proposta (46/04), poderão ser consideradas terras improdutivas, para fins de reforma agrária, as propriedades rurais onde se verificarem trabalho escravo ou infantil, bem como cultivo de

plantas psicotrópicas ou ocorrência de crime ambiental.

A audiência terá a participação da coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Forçado da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Patrícia Aldi; do assessor da Secretaria de Biodiversidades e Florestas do Ministério do Meio Ambiente Luiz Carlos Balcewicz; e de representantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.



Mão Santa volta a pedir solução para a greve em universidades

Ao pedir ao senador Tião Viana (PT-AC) que interceda junto ao presidente Lula para que seja encontrada solução que acabe com a greve dos funcionários técnico-administrativos e professores das universidades federais, o senador Mão Santa (PMDB-PI) opinou que os cerca de 500 mil estudantes prejudicados com a paralisação só não estão nas ruas pedindo o *impeachment* do presidente por considerarem as outras alternativas piores do que Lula.

– Quando os cara-pintadas saíram às ruas para pedir o *impeachment* do presidente Fernando Collor eles tinham Itamar Franco como alternativa. O que está acontecendo agora é muito pior do que o que derrubou Collor. Essa camarilha envolvida nos escândalos atuais vai é direto para o inferno. Mas as alternativas são o vice-presidente José Alencar, que



Roosevelt Pinheiro

Paralisação está prejudicando 500 mil estudantes no país, alerta Mão Santa

está nas manchetes dos jornais, e o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, um comunista. Não que eu tenha nada contra, mas a cultura brasileira não é comunista.

Mão Santa lamentou que o presidente Lula, líder sindicalista que comandou diversas greves, não esteja conseguindo acabar com a paralisação.

Rádio Senado conquista prêmio no exterior com programa sobre a ONU

O programa *Os 60 Anos da Carta das Nações Unidas*, veiculado pela Rádio Senado no dia 26 de junho – data na qual se comemora o aniversário da Carta de São Francisco –, recebeu a medalha de prata do prêmio Ricardo Ortega Memorial Prize for Broadcast Journalism, da Associação de Jornalistas Correspondentes das Nações Unidas (Unca). A premiação foi anunciada na última sexta-feira, em ato que contou com a presença do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan.

No valor de mil dólares, o prêmio foi dividido entre a jornalista da Rádio Senado Nara Ferreira e o jornalista Rory O'Connor, da Globalvision (New York), responsável pelo programa *Malaria: It's simply unacceptable*. A medalha de

ouro ficou com os jornalistas Ishbel Matheson e Dan McMillan, da BBC Radio 4 e World Service, pela cobertura em Darfur (Sudão).

O programa premiado da Rádio Senado marcou o aniversário de 60 anos da Carta de São Francisco, que originou a Carta das Nações Unidas. Em 37 minutos, o programa lembra a história da ONU e traz para reflexão os maiores desafios enfrentados por aquele organismo internacional. Apresenta trechos de depoimentos dos senadores Marco Maciel (PFL-PE), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) e do então representante da ONU no Brasil, Carlos Lopes, entre outras autoridades.

Nara Ferreira entrou para o quadro de jornalistas do Senado Federal em março de 1998, mediante concurso público.

Juros e guerra fiscal provocam crise no setor calçadista gaúcho, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) alertou ontem, da tribuna, para a crise enfrentada pelo setor de calçados no Rio Grande do Sul. Atribuindo as dificuldades à carga tributária, aos juros altos, à política cambial e à concorrência com os produtos chineses, ele pediu aos governos federal e do estado que estudem soluções para o problema.

Paim citou o fechamento de uma unidade da fábrica de calçados Azaléia na cidade de São Sebastião do Caí (RS), que resultou na demissão de 600 trabalhadores. Em razão de incentivos fiscais, a fábrica estaria se transferindo para o Nordeste. O senador advertiu que a guerra fiscal – como é conhecida a política de oferecer estímulos

para atrair investimentos – pode resultar numa “guerra fratricida entre os estados”.

Desde o início deste ano, segundo o parlamentar, teriam sido extintos 13 mil postos de trabalho nas fábricas de calçados do Rio Grande do Sul. Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) assinalou que a crise das empresas calçadistas gaúchas

afetam também o Piauí, pelo fato de grande parte do couro usado como matéria-prima nos seus produtos ser oriunda do estado nordestino.

Ao final do pronunciamento, Paulo Paim registrou a comemoração do Dia Internacional da Luta da Pessoa com Deficiência, que transcorreu no dia 3 de dezembro.



Segundo Paim, já foram extintos 13 mil postos de trabalho no Rio Grande do Sul



Alvaro cita dados do Ministério do Planejamento, que apontam gastos 21% maiores que em 2004

Alvaro Dias critica aumento das despesas

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o governo pelo aumento das despesas de custeio, que, segundo dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cresceram 21% nos dez primeiros meses de 2005, na comparação com o mesmo período do ano passado, perfazendo R\$ 8,6 bilhões. O senador afirmou que esse montante foi gasto com diárias de viagens, passagens, materiais de consumo, locação de mão-de-obra, consultorias e outros serviços prestados por empresas contratadas.

– Esse valor supera até os investimentos da União, que até outubro eram inferiores a R\$ 7,9 bilhões – destacou.

Conforme Alvaro Dias, seria necessário que a União investisse R\$ 38 bilhões anuais para atender às necessidades do país – incluídas as de infraestrutura. O senador lembrou que as despesas de custeio já haviam crescido em 2004: 25% na comparação com o ano anterior.

– O governo gasta com supérfluos, e, lamentavelmente, não tem competência para gastar com o que é necessário – ressaltou.

Ele também disse que “o aumento da carga tributária é uma realidade de quase 40% do produto interno bruto (PIB), apesar dos desmentidos oficiais, inibindo o crescimento econômico do país”. Outra questão abordada pelo senador foi a situação do “ambiente regulatório” nacional. Segundo ele, as agências reguladoras “passam por uma crise sem precedentes, com corte de verbas, loteamento político e brutal oposição do próprio governo”.

O senador entende que tábua de mortalidade aponta necessidade de investimento público para proteger o recém-nascido e melhorar a expectativa de vida do brasileiro

Tião Viana diz que pesquisa do IBGE facilita fixação de metas públicas

Ao comentar a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre expectativa de vida, conhecida como tábua da mortalidade, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que hoje existem dados concretos à disposição dos governantes para a elaboração de metas que visem ao bem-estar da população. Ele acrescentou que o estudo demonstra que é preciso investimento público para proteger o recém-nascido e melhorar a expectativa de vida do brasileiro.

O senador solicitou à Mesa a transcrição na íntegra dos editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Valor Econômico* de ontem por “tratar do tema com seriedade”.

Tião Viana destacou que, de acordo com a pesquisa do IBGE, no Brasil, as mulheres vivem em média 7,6



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Para Tião Viana, mortalidade maior entre os homens deve-se aos altos índices de violência

anos mais do que os homens, o que ele atribuiu à violência, que atinge mais os homens do que as mulheres. Na faixa etária de 20 a 24 anos, ressaltou, a mortalidade masculina é

quatro vezes maior do que a feminina, devido ao envolvimento dos homens com drogas e alcoolismo. No Rio de Janeiro, as mulheres vivem nove anos a mais do que os homens e, em São Paulo, seis anos mais.

Tião Viana sugeriu, como medidas para combater a violência, o fechamento dos bares a partir de 1h da manhã e o controle da velocidade dos veículos. Ele acrescentou que a implantação do Sistema Único de Segurança Pública, que permitirá a troca de informações entre todas as autoridades da área no país, seria outra solução para a questão da violência.

Os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Ideli Salvatti (PT-SC) e Heloísa Helena (PSOL-AL) parabenizaram Tião Viana pelo tema.

Garibaldi pede políticas que promovam o crescimento

Ao comentar a queda de 1,2% do PIB brasileiro no terceiro trimestre de 2005, em relação ao trimestre anterior, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que a economia do Brasil precisa avançar mais rapidamente, para aproveitar o ciclo de crescimento da mundial.

– Temos que compatibilizar a luta contra a inflação com um processo de aceleração do crescimento – afirmou Garibaldi, ressaltando que a falta de investimentos em infraestrutura é o principal entrave a esse objetivo.

Para o senador, o Brasil obteve avan-

ços nos últimos dez anos, controlando a inflação, reduzindo o risco Brasil, e criando a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele observou, no entanto, que o país precisa promover “o resgate da dívida social” e o crescimento econômico. O senador sugeriu, como primeiro passo para atingir esses objetivos, uma ampla reforma do Estado, para dar-lhe mais eficiência.

Garibaldi defendeu ainda a menor intervenção do Estado na economia. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que a ação governamental muitas vezes atrapalha a economia.



Ampla reforma do Estado e resgate da dívida social são defendidos por Garibaldi

Suassuna: políticas para desenvolvimento do sertão da Paraíba

Ney Suassuna (PMDB-PB) cobrou do governo federal políticas públicas capazes de desenvolver educação, agropecuária e turismo nas áreas sertanejas da Paraíba. O senador informou que a região – cerca de 40% do estado – é responsável pela geração de R\$ 1,7 bilhão por ano e não pode mais ficar à espera de decisões de combate à pobreza.

– Infra-estrutura é o mínimo que se deve exigir dos governos para que uma região possa se desenvolver. É o que, neste momento, reclamo em nome do sertão paraibano. Que uma espécie de *New Deal* sobrevenha



Suassuna cobra também aprovação da Universidade do Sertão da Paraíba

e possibilite à região encontrar-se com seu luminoso destino – disse Suassuna, referindo-se ao plano econômico adotado nos Estados Unidos pelo governo Roosevelt para restaurar a economia abalada pela crise de 1929.

O líder do PMDB procurou de-

monstrar a importância da agropecuária na região, que, segundo ele, é responsável por 120 mil empregos diretos e cresceu 38% entre 1998 e 2003. Além disso, o senador frisou que a área poderia se tornar grande fornecedora de gêneros agrícolas para o mercado externo. Para tanto, cobrou políticas que garantam a irrigação das terras durante o período de estiagem.

Suassuna deu diversos exemplos de como transformar a região em pólo turístico, explorando suas riquezas naturais como flora e fauna, além dos quilombos e áreas indígenas. O parlamentar também cobrou agilidade na tramitação do projeto de lei que cria a Universidade Federal do Sertão da Paraíba, que se encontra na Câmara dos Deputados.



Tourinho: contingenciamento nos níveis atuais reflete descrédito e incapacidade

Tourinho quer mais recursos para agências

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) criticou ontem o contingenciamento de recursos destinados às agências reguladoras. O senador citou especificamente os casos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que são, para ele, os exemplos mais gritantes de descaso. De acordo com Tourinho, em 2002, os recursos contingenciados para a Aneel representaram 34,8% de seu orçamento; em 2003, 59,23%; em 2004, 64,3%; e, em 2005, nada menos do que 73,5%.

– Ou seja, a Aneel recebe apenas 25% do que deveria para cumprir todas as obrigações de um setor complexo, que enfrenta problemas ainda hoje – comentou. No caso da ANP, Tourinho explicou que, após a nova lei do petróleo, as pesquisas relacionadas ao setor, que deveriam ser feitas pela agência, deixaram de ser realizadas porque os recursos foram muito reduzidos. O senador acredita que as consequências podem ser gravíssimas. Ele prevê, por exemplo, aumento da prática de adulteração de combustíveis, da sonegação de tributos e, conseqüentemente, uma queda na arrecadação de impostos.

– Agindo dessa forma com as agências, estamos demonstrando descrédito e incapacidade. É preciso estabelecer um marco regulatório claro, preciso, confiável, e acabar com esse contingenciamento – defendeu o parlamentar.

Mara Gabrielli, irmã da empresária Rosângela Gabrielli – já ouvida pela CPI dos Bingos –, teria detalhado ao presidente todo o esquema de corrupção em Santo André

CPI ouve jornalista que teria dito a Lula sobre esquema de corrupção

A CPI dos Bingos ouve hoje, a partir das 10h30, a jornalista Mara Gabrielli, que teria detalhado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em março de 2003, todo o esquema de corrupção na cidade de Santo André (SP). Mara teria contado ao presidente que as irregularidades não cessaram mesmo após o assassinato do ex-prefeito petista Celso Daniel, ocorrido em janeiro de 2002.

Mara é irmã da empresária Rosângela Gabrielli, uma das proprietárias da Expresso Guarará, empresa de transporte coletivo com sede em Santo André. Em recente depoimento à CPI dos Bingos, Rosângela contou que, dois meses após a posse de Lula na Presidência da República, sua irmã manteve conversa com o presidente no apartamento deste, em São Bernardo do Campo (SP). Ao tomar conhecimento das denúncias, segundo Rosângela, Lula garantiu a Mara que iria mandar apurá-las com rigor. No entanto, de acordo com as irmãs



Senadores ouvem esta semana Mara Gabrielli e Roberto Colnaghi

Gabrielli, as averiguações não decolaram. A família, segundo elas, não recebeu resposta alguma sobre a promessa do presidente.

Amanhã, a CPI dos Bingos ouve o empresário Roberto Colnaghi, que, segundo matéria publicada pela revista *Veja*, teria emprestado um avião Seneca para o transporte, de Brasília a São Paulo, dos supostos dólares oriundos do governo de Cuba. O dinheiro seria usado nas campanhas dos candidatos do Partido dos Trabalhadores, incluindo a

do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

O depoimento do empresário Roberto Carlos Kurzweil, também previsto para amanhã, será agendado para data posterior, pois o depoente está com a perna quebrada. Kurzweil também foi citado pela revista *Veja* como o responsável pelo empréstimo de um carro blindado para que o dinheiro fosse transportado de Campinas a São Paulo.

Para quinta-feira não há previsão de depoimentos na CPI.

ACM Neto denuncia má gestão em fundos de pensão

O deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) afirmou que o relatório parcial que apresenta hoje ao plenário da CPI dos Correios dará destaque à conclusão de que há um montante expressivo de recursos que podem ter sido objeto de má gestão por parte dos fundos de pensão.

O documento, segundo o sub-relator de Fundos de Pensão, é uma prestação de contas e ressalta as possíveis irregularidades envolvendo fundos públicos, estaduais e híbridos em operações de

derivativos e de títulos públicos entre 2000 e 2002.

– Já está constatado que as operações foram irregulares, que fugiram aos padrões de mercado e que se repetiram em diversos fundos. Os desdobramentos da investigação vão revelar quem realmente ficou com os recursos – disse ACM Neto.

Segundo o deputado, há, inclusive, indícios de lavagem de dinheiro, envolvendo um personagem conhecido no cenário nacional, cujo nome ele só

revelará durante a apresentação do parecer.

O sub-relator garantiu, no entanto, que procurará não fazer qualquer referência de natureza política, embora reconheça que é de conhecimento público que havia interesses por trás da indicação dos diretores dos fundos e da coordenação de suas operações.

– Vou deixar a cargo dos membros da CPI e da opinião pública brasileira fazer esse julgamento – afirmou.

Verba recuperada pode beneficiar fundo para criança

Os valores obtidos ilícitamente pelos agentes públicos e recuperados administrativa ou judicialmente deverão ser destinados ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, conforme estabelece projeto de lei apresentado pela senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE).

– Nada mais indicado do que destinar os valores havidos ilícitamente por agentes públicos e recuperados pelas pessoas jurídicas de direito público para

os fundos dos direitos das crianças e adolescentes, nos diversos níveis da Federação – argumenta a senadora cearense.

A proposta (PLS 393/05) determina, entretanto, que os recursos desviados e, posteriormente, recuperados pelo poder público, quando originalmente vinculados a uma área específica por decisão constitucional, deverão permanecer com a mesma destinação. A iniciativa define como agente público qualquer um que exerça,

ainda que transitoriamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função no poder público.

Coordenadora da Frente Parlamentar pela Criança e Adolescente no Senado Federal, Patrícia Saboya lembra que "o estatuto protetor dessa faixa da população estabelece que a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente se faz mediante um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais".

Senado lança livro sobre ameaça à soberania do país na Amazônia

Um amplo estudo sobre os questionamentos internacionais à soberania brasileira na região e a biodiversidade amazônica é o que oferece o livro *Questão geopolítica da Amazônia. Da soberania difusa à soberania restrita*, de autoria do professor Nelson de Figueiredo Ribeiro, que será lançado hoje pelo Senado.

O autor demonstra que, desde que a Amazônia foi descoberta, surgiram questionamentos sobre essa soberania – então exercida por Portugal –, tornando-se mais freqüente ao longo do domínio do Brasil sobre a região.

Em meados do século 19, os Estados Unidos, segundo Ribeiro, tentaram, por decisão unilateral, implantar na Amazônia uma república para onde seriam transferidos os escravos libertos por decisão do presidente Abraham Lincoln, em 1862, o que levou à Guerra de Secessão.

O autor ressalta que "ameaças e invectivas" sobre a região continuaram a ser feitas pelos países ricos, tendo sempre utilizado vários pretextos doutrinários para justificar o pretendido domínio estrangeiro. Esse quadro ameaçador, a seu ver, agravou-se intensamente a partir da década de 70 do século passado, diante da devastação da região e da perda da sua biodiversidade em larga escala. A devastação, assinala, sempre seria invocada como a prova de que o Brasil não tem capacidade para administrar os

imensos recursos florestais que a Amazônia possui.

Ribeiro destaca que é na "magnitude desses recursos" que repousa a mais forte razão para a persistente cobiça internacional dos países ricos sobre a Amazônia. "É interessante notar que as manifestações dessa cobiça sempre sofreram metamorfoses ao longo do tempo, tendo entretanto, nas três últimas décadas do século passado e no início do novo milênio, se concentrado na questão ambiental, alegando que o Brasil vem demonstrando ao mundo que não tem capacidade de gestão do problema ambiental amazônico. Isso, segundo os líderes políticos dos países ricos", diz ele.

Perigo constante

Essa postura, de acordo com o autor do livro, arrefeceu um pouco nos últimos dez anos, quando estudos que embasaram a elaboração do Protocolo de Kyoto evidenciaram que os grandes responsáveis pelas mudanças climáticas que vem sofrendo o globo terrestre são exatamente os países ricos, em face da contribuição elevadíssima que têm dado para a formação do efeito estufa sobre a atmosfera.

Mas, acrescenta Ribeiro, isso não é suficiente para afastar a cobiça internacional sobre a Amazônia. "A devastação florestal incoercível que até agora a região vem sofrendo torna-se um perigo permanente para o agravamento da questão geopolítica."

Alvo da cobiça internacional

A Amazônia possui o maior estoque de recursos hídricos do planeta.

A região é formada pela maior floresta tropical contínua da Terra.

Possui a maior província energética do planeta, seja quanto à disponibilidade de recursos hidráulicos, seja na de recursos de biomassa.

A maior província mineral do planeta também se situa na Amazônia, concentrado principalmente na região da serra dos Carajás.

Nas florestas e nas águas amazônicas está o maior estoque de biodiversidade existente de forma contínua na crosta terrestre, grande parte da qual ainda não cientificamente estudada.



Heloísa Helena lamenta morte de pároco

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) apresentou requerimento de pesar, aprovado em Plenário ontem, pela morte do monsenhor Murilo de Sá Barreto, pároco de Juazeiro do Norte (CE). Ao homenagear a memória do religioso, Heloísa o enalteceu como uma figura “tranqüila, solidária e generosa”, que promoveu o reencontro dos romeiros do padre Cícero com a Igreja.

Nos 48 anos em que esteve ligado ao Santuário Diocesano Nossa Senhora das Dores, monsenhor Murilo deu, segundo a senadora, uma efetiva contribuição à formação cultural e religiosa do povo de Juazeiro do Norte e região. Nascido em Barbalha (CE), em 1930, o religioso também atuou como radialista, professor de Português e escritor.

– Os romeiros hoje choram a dor da perda do monsenhor Murilo, que contribuiu para a valorização da “nordestinidade” – comentou Heloísa.

Senado e Câmara promovem missa de fim de ano

Será realizada na próxima quinta-feira a Missa de Ação de Graças pelo Encerramento dos Trabalhos Legislativos e Confraternização de Natal que a Câmara e o Senado promovem todo final de ano. O arcebispo emérito de Brasília, dom José Freire Falcão, celebrará a cerimônia religiosa, que terá a presença das duas Casas, senador Renan Calheiros e deputado Aldo Rebelo.

O Coral do Senado apresentará trechos da *Missa em Ré Maior, Opus 86*, do compositor tcheco Antonin Dvorák; *Ave Maria*, de Jayme Redondo e Vicente Paiva; e *My Soul's been Anchored in the Lord* (Negro Spirituals), entre outras peças, sob a regência de Glicínia Mendes.

A missa está marcada para as 11h, no Salão Negro do Congresso Nacional.

Senador quer apuração de responsabilidade civil e criminal por R\$ 1 milhão que teria sido depositado na conta da Coteminas, empresa do vice-presidente da República, José Alencar

Alvaro Dias sugere que Justiça Eleitoral investigue depósito do PT

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) sugeriu ontem que a CPI dos Correios faça uma representação perante a Justiça Eleitoral para apurar a responsabilidade civil e criminal pelo depósito de R\$ 1 milhão que o Partido dos Trabalhadores (PT) teria feito na conta da empresa Coteminas, de propriedade do vice-presidente da República, José Alencar, no dia 17 de maio de 2005. Parlamentares suspeitam que o partido tenha usado caixa dois para pagar a empresa de Alencar. A operação não aparece na contabilidade da legenda.

Para Alvaro Dias, a denúncia, publicada no domingo pelo jornal *Folha de S. Paulo*, mostra que, além do chamado valerioduto, outras fontes financiaram a corrupção.

– Fica cada vez mais claro que os valores utilizados são muito superiores àquilo a que já chegamos – observou.

O parlamentar disse acreditar que há contaminação do mandato do vice-presidente, assim como há contaminação do mandato do próprio presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como já havia adianta-

do o publicitário Duda Mendonça em seu depoimento à CPI. Mendonça, como lembrou Alvaro Dias, admitiu o uso de caixa dois na campanha presidencial.

Para o senador Tião Viana (PT-AC), no entanto, “não pode haver dúvidas quanto à integridade de Alencar”, homem que, para ele, é um “exemplo de vida moral”. O parlamentar alegou que a Coteminas não teria como saber se a fonte partidária de que recebeu tinha problemas, e defendeu uma apuração ampla, isenta e rigorosa do caso.

Crivella critica jornal por vincular vice-presidente a desvio de recursos

Marcelo Crivella (PMR-RJ) criticou manchete publicada ontem pelo jornal *O Globo* vinculando a empresa Coteminas, do vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, ao suposto esquema de desvio de recursos públicos e formação de caixa dois do PT investigado pela CPI dos Correios.

Na avaliação de Crivella, a manchete, intitulada “CPI investiga conta da empresa Coteminas do vice de Lula”, teria sido motivada pelo interesse do jornal na manutenção dos juros altos e do câmbio valorizado, uma vez que possui – como outras empresas do ramo de mídia – dívidas atreladas

ao dólar. Alencar, observou Crivella, por sua defesa intransigente de juros mais baixos, teria se tornado alvo das críticas do jornal carioca.

– Quando os juros caem, as empresas endividadas em dólar se assustam, pois isso significa que o dólar vai subir e suas dívidas também. É por isso que o vice-presidente José Alencar foi tão caluniado nessa manchete de *O Globo* – afirmou Crivella.

O parlamentar defendeu o aprofundamento das investigações da CPI dos Correios a fim de se determinar a origem do dinheiro depositado pelo PT na conta da Coteminas.

Crivella pediu ainda o apoio dos



Marcelo Crivella afirma que dívidas em dólar motivaram manchete de jornal carioca

senadores para aprovação de projeto de sua autoria (PLS 148/03), em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de gasolina.

Jefferson Péres: é “um escândalo” Severino despachar em ministério

Jefferson Péres (PDT-AM) considerou “um escândalo” a denúncia da revista *Veja*, “não desmentida”, de que o ex-presidente da Câmara Severino Cavalcanti se transformou numa espécie de “ministro informal” das Cidades, usando salas do ministério para despachar com políticos. Severino renunciou há pouco mais de dois meses depois de ser acusado de receber propina de um empresário que explorava restaurantes na Câmara.

O senador lembrou que o “ministro formal” das Cidades, Márcio Fortes, foi uma indicação de Severino. Por isso, Jefferson apresentou requerimento propondo que Fortes compareça ao Senado para explicações. Segundo *Veja*, Severino usa a garagem do ministério, uma sala ao lado do gabinete do ministro e já chegou a receber políticos na sala de reuniões do titular. Até quando o ministro viaja,



Jefferson Péres pede que o ministro Márcio Fortes compareça ao Senado para se explicar

publicou a revista, o ex-presidente da Câmara continua indo ao ministério para contatos políticos.

Jefferson leu os principais trechos da reportagem, detendo-se na parte em que um prefeito de Pernambuco diz que Severino tem conseguido verbas para



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Para Ideli Salvatti, não há prova de quebra de decoro parlamentar contra o deputado cassado

Ideli presta solidariedade a José Dirceu

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) manifestou ontem tristeza e indignação em relação à perda do mandato de deputado federal sofrida por José Dirceu na noite do último dia 30 de novembro. A seu ver, a cassação não se deu por razões políticas, mas por perseguição da bancada de oposição ao PT, por não aceitar a eleição do presidente Lula, da qual Dirceu foi peça-chave.

– Essa cassação foi escrita com “ç” e não com “ss”, pois veio do verbo “caçar”, de abater, de matar. É inadmissível essa punição sem provas. Esse é o pilar básico da Justiça em uma democracia, em que todos são inocentes até que se prove o contrário. Não há nenhuma prova de qualquer ato que tenha colocado o deputado José Dirceu atentando contra o decoro parlamentar – afirmou ela.

Elogiando o cumprimento das promessas de campanha de Lula em relação à revitalização de rodovias federais, Ideli registrou a visita do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, a seu estado, na última semana. Ela relatou que o acompanhou para vistoriar a duplicação da rodovia BR-101, em Araranguá e Tubarão, cuja obra é mantida, segundo ela, exclusivamente por recursos do governo federal.

Ideli disse que o ministro assinou, em Blumenau, ordem de serviço de R\$ 9 milhões para restauração da BR-470, principal via de escoamento de exportações do estado. A senadora afirmou que também foram incluídos mais R\$ 20 milhões na Lei Orçamentária de 2006 para o mesmo fim, pendentes ainda da aprovação da matéria pelo Congresso Nacional.

Presidente do Senado defende agenda positiva para o país durante solenidade em que recebeu medalha da Câmara Municipal do Rio de Janeiro por serviços à comunidade

Reformas precisam sair do papel, afirma Renan Calheiros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, criticou ontem em discurso na Câmara Municipal do Rio de Janeiro o “aperto da política fiscal”, os juros elevados e o contingenciamento de recursos orçamentários, “que freiam os investimentos e derrubam nosso crescimento econômico”. Ele assinalou que a crise política também colabora para a retração da economia e que é preciso equilíbrio e bom senso para harmonizar os conflitos políticos.

Renan esteve na Câmara carioca para receber a Medalha do Mérito Pedro Ernesto. Ele disse que a homenagem reforça o apoio e o apreço que tem pelo Rio de Janeiro.

Criada em 1980, a comenda é entregue às pessoas que mais se destacam por seus serviços à comunidade. Cada vereador pode fazer cinco indicações por ano. A homenagem a Renan foi proposta pelo vereador Jorge Pereira (PMDB).

Durante o evento, Renan ressaltou que é preciso trabalhar com seriedade na construção de uma agenda positiva para o país.



Renan Calheiros (E) é agraciado com a comenda Pedro Ernesto, da Câmara carioca

– Nos últimos dias, acertei com o presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, uma pauta prioritária de votação até o fim do ano legislativo. A reforma tributária e a reforma política, que foram aprovadas no Senado, precisam sair do papel – afirmou.

Renan frisou que o Legislativo precisa mudar as regras do Orçamento. Para ele, o “contingenciamento absurdo” do Orçamento é responsável não somente pelo atraso no crescimento econômico, mas também pelo caos na segurança pública do país, “problema que tem penalizado,

de forma particular, a cidade do Rio”.

– Estamos ainda analisando uma série de medidas emergenciais na área de segurança pública. Criamos uma comissão para sistematizar propostas que garantam mais recursos aos estados. Foi com essa preocupação que apresentei proposta de emenda à Constituição que fixa percentuais mínimos de gastos com segurança pública: 15% para a União; 7% para os estados; e 1% para os municípios. O contingenciamento dos recursos ficará permanentemente proibido – finalizou.

Projeto de Delcídio pune fraude com cartão de crédito

Delcídio Amaral (PT-MS) quer inserir no Código Penal o crime de fraude com cartão de crédito, débito ou pagamento ou com dados de identificação pessoal automatizada, assim como o crime de produção de programa de computador destinado à obtenção dessas informações. O projeto, que pune esses ilícitos com penas de dois a seis anos de prisão, encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

De acordo com o parlamentar, a iniciativa visa combater fraudes cometidas no âmbito das tecnologias de identificação pessoal automatizada, que resultam numa séria quebra de confiança da população nesses instrumentos de pagamento, além de representar meios de enriquecimento ilícito dos fraudadores. Na justificativa do projeto (PLS 383/05), o senador refere-se à atipicidade das condutas enfrentadas pela Justiça, visto que esses crimes não estão efetivamente definidos



Delcídio Amaral quer punir fraudadores com penas de dois a seis anos de prisão

no Código Penal.

– Um exemplo é o caso do consenso que vem se formando na jurisprudência, no sentido de que não há crime previsto para aqueles que instalam equipamentos denominados chupa-cabras nos caixas eletrônicos, equipamentos esses destinados a roubar o segredo dos cartões – afirmou.

Para Delcídio, a jurisprudência dos tribunais tem entendido que, se os bandidos apenas possuem ou instalam tais equipamentos, sem o efetivo uso e obtenção de

vantagem, não está configurado qualquer crime.

Delcídio também argumenta que, independentemente das interpretações divergentes sobre a precária legislação penal existente sobre o tema, o Legislativo não pode ficar alheio à realidade, e deve tornar claras essas novas condutas criminosas.

– Assim, havendo condutas potencialmente causadoras de grandes prejuízos aos indivíduos e à própria sociedade, há o Legislativo de caracterizá-las como crime e cominar-lhes penas apropriadas à sua gravidade – disse.

Na caracterização do crime de fraude, o texto previne que o ilícito se caracteriza independentemente da subtração ou posse da mídia ou arquivo de armazenamento violado. E mais: ainda que o item obtido, armazenado ou fornecido indevidamente esteja protegido por senha, ou que o agente não disponha de meios para sua utilização imediata, o crime estará caracterizado.

CCS aprova parecer a regulamento de proteção do usuário de TV paga

O Conselho de Comunicação Social (CCS) aprovou ontem parecer favorável do conselheiro Gilberto Carlos Leifert à implantação do regulamento de proteção e defesa dos direitos dos assinantes de televisão paga. O regulamento é de autoria da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e será implementado em breve pela autarquia, como forma de orientar os consumidores sobre questões relacionadas aos serviços prestados pelas emissoras.

– O regulamento não estabelece novos direitos do consumidor e nem amplia a atuação das operadoras, mas vai orientar os usuários de tevê paga a reivindicarem seus direitos – disse Leifert.

O texto foi submetido à análise do conselho por força do artigo 2º da Lei 8.389/91, que instituiu o colegiado como órgão auxiliar do Congresso, na forma do artigo 224 da Constituição Federal. O CCS tem como atribuição produzir estudos e pareceres sobre questões que forem encaminhadas ao Congresso pelo Poder Executivo ou por entidades da sociedade civil.

Na mesma reunião, o CCS acolheu parecer contrário do conselheiro Paulo Tonet Camargo à proposta encaminhada pelo Ministério da Justiça que prevê a classificação indicativa de programas jornalísticos transmitidos ao vivo. Na avaliação de Tonet, a proposta contém “premissas imprecisas” no que diz respeito à classificação de “programa jornalístico”.

– Meu parecer é contrário à classificação indicativa de programa jornalístico, ou seja, aquele programa com base em fatos e opiniões da realidade. Alguns programas de entretenimento ao vivo, que não tenham características de programa jornalístico, não fazem parte do meu parecer – explicou Tonet, ao ressaltar que o documento não contempla programas de cunho “sensacionalista”.

Para aprofundar o debate, o presidente do CCS, Arnaldo Niskier, requisitou a formação de uma comissão que apresentará estudo sobre a liberdade de expressão na próxima reunião do conselho, prevista para 6 de março.



Leifert (E), com Niskier, afirma que regulamento visa apenas orientar os consumidores

Vice-presidente da Vivo diz que meta é aproveitar "parque digitalizado" do país

O Conselho de Comunicação Social reuniu-se em audiência pública ontem com o vice-presidente de Marketing da Vivo, Luís Avelar. O executivo afirmou que o objetivo da operadora é aproveitar o “grande parque digitalizado” existente no Brasil e adotar uma política de universalização do serviço nos estados onde já opera. Para isso, tem de atender às exigências do mercado, em sua maioria composto por jovens, de mobilidade e multiplicidade de ofertas em um só aparelho celular (câmera fotográfica, games, MP3 etc.). O vice-presidente de marketing da Vivo ressaltou que a empresa pretende continuar a investir nas grandes redes de telecomunicação e de tecnologia mundiais no Brasil e não tem interesse em desenvolver conteúdo ou radiodifusão no país.

Em resposta ao conselheiro Geraldo Pereira dos Santos, Avelar disse não compreender porque o Brasil não está na liderança da expansão dos celulares, a exemplo da Índia, e citou Argentina e Chile como países que suplantaram o Brasil nesse setor. Ele destacou a criatividade dos brasileiros e citou como exemplo a empresa WIZ, formada por um grupo de jovens da PUC-RJ, a quem a Vivo fez uma proposta para desenvolvimento de games e que hoje é uma das principais fornecedoras para os Estados Unidos.

Avelar afirmou não ver conflito e concorrência “desequilibrada” entre o Vídeo on Demand, principal filão da TV por assinatura, e os celulares, o que seria causado pelo fato de o primeiro estar sujeito às exigências do regime de concessão.